



**CONTRATO Nº xx/2025**  
**PAD 23376/2024**

**Minuta de Contrato Anexo VI**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que  
entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa**

\_\_\_\_\_.

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021 e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do **Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_\_/2025**, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

\_\_\_\_\_, inscrita no **CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_**, com sede em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, situada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, e-mails: \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** Prestação de serviços de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID, incluindo a instalação de CARPORT SOLAR<sup>1</sup>, com fornecimento de equipamentos e materiais, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

<sup>1</sup> **Carport Solar:** Estrutura de cobertura para vagas de estacionamento, projetada e construída para sustentar um arranjo de módulos fotovoltaicos em sua superfície, com o objetivo de, simultaneamente, proteger veículos e gerar energia elétrica a partir da fonte solar.

**1.2.** A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3.** De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso XXIX, o objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

**2.2.** **Do local e horário de entrega:** a entrega dos materiais e a realização dos serviços deverão ocorrer nas localidades especificadas no item 1.6 do Termo de Referência – Anexo I.

**2.3.** O objeto é caracterizado como serviço por escopo, **comum de engenharia** nos termos do art. 6º, XXI, “a” da Lei 14.133/2021, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**3.1.** As obrigações do contratante estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**3.2.** Incumbe ainda ao CONTRATANTE:

I . Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e seus anexos e deste instrumento contratual;

II . Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de 01 (um) mês após a conclusão da instrução do requerimento, prorrogável por igual período;

III. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

## **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**4.1.** As obrigações e responsabilidades da contratada bem como as normas relativas à proteção de dados, conforme Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e normas relativas à sustentabilidade estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**4.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

**4.3.** Deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**4.4** - Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabelece:

I. Qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável

II. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados (as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10º da Resolução TRE-PR nº 946/2025.

## CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

**5.1** - O presente contrato vigorará pelo período de **06 (seis) meses**, na forma do artigo 105 a Lei nº 14.133, de 2021, a partir da data da assinatura, podendo ser extinto nos termos da Lei, ou prorrogado automaticamente, desde que devidamente justificado, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei 14.133/2021, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

**5.1.1-** Tal prorrogação não implicará em nova obrigação para o contratado, permanecendo válidas as condições originalmente pactuadas, inclusive quanto ao valor.

**5.2. O prazo para a instalação do sistema fotovoltaico em todas as 06 (seis) localidades é de 60 (sessenta) dias corridos** e sua contagem iniciar-se-á a partir do primeiro dia útil seguinte à data de envio do comunicado de aprovação dos materiais e equipamentos pela fiscalização.

## CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

**6.1.** A despesa com o presente instrumento correrá à conta dos Programas de Trabalho: \_\_\_\_\_;

Elemento de despesa: \_\_\_\_\_;

Nota de Empenho 2025NE\_\_\_\_\_, emitida em \_\_/\_\_/2025;

Categoria econômica: \_\_\_\_\_;

Código SIASG: 19747

## CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

**7.1** - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$** \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), conforme a seguir especificado.

ID	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA DO ITEM	UNIDAD E DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO
1	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID e instalação de CARPORT SOLAR, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Campo Largo - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).	unid.	1	R\$.....
2	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Coronel Vívica - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).	unid.	1	R\$.....

3	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Guarapuava - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).	unid.	1	R\$.....
4	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID e instalação de CARPORT SOLAR, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Jacarezinho - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).	unid.	1	R\$.....
5	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID e instalação de CARPORT SOLAR, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Ribeirão Claro - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).	unid.	1	R\$.....
6	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID e instalação de CARPORT SOLAR, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Rio Negro - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).	unid.	1	R\$.....
R\$.....				

**7.1.1.** Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme projetos e especificações constantes deste contrato, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CONTRATANTE.

**7.1.2.** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com o previsto nos itens 5.7.1 a 5.7.3 do Termo de Referência – Anexo I:

**7.1.2.1** - 60% (sessenta por cento) referente ao fornecimento de materiais e equipamentos e execução dos serviços de instalação, serão pagos após o recebimento definitivo do serviço de instalação em cada local.

**7.1.2.2** - 40% (quarenta por cento) remanescentes serão pagos após aprovação do projeto e comissionamento (incluindo o recebimento pela concessionária da energia elétrica gerada) de pelo menos um mês consecutivo, que deverá ser comprovado pela contratada por meio de relatório de geração, documento necessário para o pagamento dessa parcela.

**7.1.3.** O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

## **7.2. Do documento fiscal:**

**7.2.1.** A nota fiscal deve ser enviada para o e-mail [cip@tre-pr.jus.br](mailto:cip@tre-pr.jus.br).

**7.2.2.** O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**7.2.3.** Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a. CNPJ da Contratada;
- b. Data de emissão da nota fiscal;
- c. CNPJ do CONTRATANTE - TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d. Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e. Destacar o valor referente a serviços separadamente do valor referente a materiais;
- f. Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;
- g. Número do contrato e,
- h. Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**7.2.4.** Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:

**7.2.4.1.** Para o respectivo atestado e autorização para o pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação, a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Justiça do Trabalho, Documento de Arrecadação de Receitas Federais, o relatório da declaração completa - DCTFWeb, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

**7.2.5. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada:** até o 5º (quinto) dia útil após a conclusão da etapa respectiva.

**7.2.6.** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

**7.2.6.1.** Prazo para atestado da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal pelo gestor deste TRE/PR.**

**7.2.6.2.** Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**7.2.6.3.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 7.2.6.1 e 7.2.6.2 serão reduzidos para 5 (cinco) dias úteis.

**7.2.7.** A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**7.2.8.** O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**7.3. Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

#### **7.4. Da regularidade fiscal:**

**7.4.1.** Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do CONTRATANTE, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.4.2.** A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor designado pelo CONTRATANTE, visando à regularização.

**7.4.3.** Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**7.4.4.** A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a. mediante consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF
- b. por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c. por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.4.5.** O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO**

**8.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ocorrido em 06/08/2025, nos termos do artigo 25 § 7º da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Se decorrido o interregno de um ano da data do orçamento, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção) da Fundação Getúlio Vargas.

#### **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência (Anexo I), determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado neste mesmo Termo de Referência.

## CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**10.1.** O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**10.2.** Na aplicação das sanções serão considerados (as) (art. 156 §1º da Lei nº 14.133/2021):

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.3.** - As condutas de natureza LEVE são passíveis de **ADVERTÊNCIA** e àquelas de maior gravidade aplicam-se as **MULTAS**, conforme a seguir determinado.

### a) ADVERTÊNCIA:

	Relação de descumprimentos
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Atraso em refazer os serviços rejeitados, sem prejuízo da incidência de multa.
<b>3</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE;
<b>4</b>	Encaminhar nota fiscal em desacordo.

**1.1. MULTAS:** A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da Sanção	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	1. Atraso injustificado, limitado a 10 (dez) dias, na entrega de qualquer documentação prevista na ata de reunião inicial com a fiscalização, realizada sempre antes da execução da instalação do sistema fotovoltaico em cada localidade, ou de qualquer documento previsto em contrato como requisito para pagamento de nota fiscal	0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor da primeira etapa, definida no item 5.7 do Termo de Referência.

Graduação da Sanção	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e base de incidência
	2. Atraso injustificado, limitado a 10 (dez) dias, na designação do preposto com autonomia para resolver problemas de ordem técnica e administrativa relacionados ao contrato (subitem 3.3.24)	
	3. Atraso injustificado, a partir do 11º (décimo primeiro) dia, nos cumprimentos previstos nos itens 1 e 2.	5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.
	<p>4. Atraso injustificado, limitado a 10 (dez) dias, no cumprimento das exigências da concessionária local para a aprovação e homologação do sistema no prazo fixado pela mesma ou, subsidiariamente, no prazo fixado pelo contratante (subitem 3.3.18)</p> <p>5. Atraso injustificado, limitado a 10 (dez) dias, na reparação/correção/remoção/reconstrução ou substituição de materiais ou serviços que não estejam em conformidade com o padrão de qualidade exigido na contratação ou nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados (subitem 3.3.11)</p> <p>6. Atraso injustificado, limitado a 10 (dez) dias, no fornecimento de protocolo/chamado referente à solicitação de garantia (subitem 5.2.7), na apresentação da resposta inicial do chamado (subitem 5.2.8), na realização da visita técnica (subitem 5.2.9) ou na resolução ou restabelecimento da plena operação do sistema (subitem 5.2.10)</p> <p>7. Atraso injustificado, limitado a 10 (dez) dias, na reapresentação formal da documentação do subitem 5.1.2 corrigida (subitem 5.1.4)</p>	1% (um por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.



Graduação da Sanção	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e base de incidência
	<p>8. Atraso injustificado no início da execução dos serviços, limitado a 10 (dez) dias, a contar do comunicado da CIP (Coordenadoria de Infraestrutura Predial) com a aprovação dos materiais e equipamentos a serem utilizados na instalação.</p> <p>9. Atraso injustificado, limitado a 10 (dez) dias, na apresentação de Relatório Técnico de Comissionamento (subitem 4.1.3)</p> <p>10. Descontinuidade injustificada na execução dos serviços, na forma do subitem 3.3.8.1, limitada a 10 (dez) dias. Se a conduta persistir decorrido esse período, será considerada inadimplemento parcial do contrato.</p>	
	<p>11. Atraso injustificado, a partir do 11º (décimo primeiro) dia, nos cumprimentos previstos nos itens de 4 ao 9.</p>	<p>10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato</p>
GRAVE	<p>12. Não utilização dos EPI's obrigatórios por trabalhador da contratada ou a contratada deixar de retirar imediatamente o trabalhador sem EPI's obrigatórios do campo de trabalho e de substituí-lo, igualmente, de forma imediata.</p> <p>13. Utilização de empregados não habilitados ou sem conhecimento específico acerca do serviço a ser prestado.</p> <p>14. Permissão pela contratada de que pessoas, máquinas, veículos, caminhões e equipamentos a seu serviço ingressem em áreas sem antes certificar-se da autorização da Fiscalização do contrato.</p> <p>15. Não comparecimento do preposto ou responsável técnico à reunião inicial prevista em</p>	<p>1% (um por cento) sobre o valor da primeira etapa.</p>

Graduação da Sanção	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e base de incidência
	contrato ou a qualquer outra reunião designada ao longo da vigência contratual.	
	<p>16. Não reparação dos danos previstos no subitem 3.3.16 dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação.</p> <p>17. Inadimplência reiterada das obrigações fixadas, cujas falhas tenham sido formalmente notificadas pela fiscalização para regularização dentro do prazo estabelecido.</p> <p>18. Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.</p>	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
	<p>19. Omissão injustificada ou recusa, no cumprimento da obrigação (dentro do prazo fixado) de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às expensas da contratada, no total ou em parte, os materiais e/ou serviços que não estejam em conformidade com o padrão de qualidade exigido na contratação.</p> <p>20. Descontinuidade na execução dos serviços na forma do subitem 3.3.8.1, acima do período previsto no item 10.</p>	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
GRAVÍSSIMA	<p>21. Inadimplemento total do contrato, caracterizado pela recusa em iniciar a execução do objeto, ou inadimplemento/inexecução parcial, caracterizada pela não finalização do objeto em parte do quantitativo de fóruns ou execução parcial em todos ou em alguns fóruns.</p> <p>22. Abandono ou cessação na execução do contrato em quaisquer dos fóruns eleitorais abrangidos, incluindo-se a falta de início e/ou conclusão dos procedimentos relativos ao comissionamento junto à concessionária.</p>	30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato

**10.4.** Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

**a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração.

b) inexecução total do contrato.

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

**10.5.** Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

a) apresentar documentação ou declaração falsa.

b) praticar ato fraudulento.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

**10.6.** As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**10.7.** A aplicação das sanções previstas não exclui, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10.8.** A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

**10.9.** A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**10.10.** As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**10.11.** A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**10.11.1.** Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**10.12.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.13.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**10.14.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**10.15.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

**12.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1.** Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**13.2.** E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital<sup>2</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

---

Representante Legal  
p/Contratada

**Solange Maria Vieira**  
Diretora-Geral – TRE/PR  
p/Contratante

---

<sup>2</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.